

PMDB

# Sarney reorganiza base na Constituinte

por Cecília Pires  
de Brasília

Como primeiro resultado prático da convenção do PMDB, realizada no último final de semana, o governo resolveu levar avante a decisão de montar seu próprio bloco suprapartidário de apoio na Constituinte, ampliando a base de sustentação oficial representada pela Aliança Democrática. O líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, anunciou ontem que vai iniciar contatos com o PTB e outros partidos que quiserem conversar.

"É uma situação de necessidade que decorre da convenção. Nós, que estamos dando sustentação ao governo, não somos suficientemente fortes para darmos, sozinhos, apoio ao governo. Somos uma parcela expressiva, mas não majoritária", disse Sant'Anna.

Na ponta oposta ao grupo centro-democrático, constituído pelos parlamentares moderados do partido, liderados por Carlos Sant'Anna, outra tendência se cristalizou, a partir de ontem. O grupo mais à esquerda do PMDB, denominado "unidade progressista" também decidiu constituir-se em bloco independente, atuando de forma autônoma em relação à direção partidária e distanciando-se do governo. Este é o único grupo dentro do PMDB que se associou ao PT e ao PDT na mobilização pelas eleições diretas para presidente no ano que vem e que decidiu continuar frequentando os palanques.

Como terceira consequência prática da convenção do PMDB, a vitória do deputado Ulysses Guimarães e dos governadores no processo de votação acabou apontando um novo caminho para o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, e seu grupo. Sem abrir mão da tese que defendeu em ple-

## Planalto reconhece derrota

por Edson Beú  
de Brasília

O governo reconhece que o resultado da convenção nacional do PMDB fortaleceu a liderança do deputado Ulysses Guimarães no partido, segundo disse, ontem, o secretário de Imprensa, Frota Neto. Esse fortalecimento, acentua o secretário, deverá facilitar a tarefa do dirigente do PMDB de defender um mandato de cinco anos para o presidente José Sarney, cumprindo acordo nesse sentido, firmado a nível de Aliança Democrática, em maio, com o ministro Aureliano Chaves, lembra ele.

O governo, segundo Frota Neto, concluiu que Ulysses continua exercendo uma "liderança majoritária" sobre a bancada do PMDB, com base na decisão da convenção nacional realizada neste último

fim de semana, que transferiu para a Constituinte a definição do mandato presidencial. Em busca do mandato de cinco anos, explica o assessor, "o presidente Sarney vai trabalhar com o pressuposto de que existe uma afinidade entre Ulysses e seus liderados". Entretanto, disse que o governo tenciona também ampliar sua base de sustentação parlamentar, "já que a elaboração da Constituição não é uma tarefa exclusiva do PMDB e do PFL".

Frota Neto negou a disposição do governo demitir os ministros que votaram pela escolha do voto secreto na convenção. "Nem o partido havia fechado questão sobre isso", assinalou. Por isso, considerou sem procedência qualquer versão sobre reforma ministerial. Argumentou, ainda, que a recomen-

dação pelo voto aberto, articulada pelo líder do governo, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), foi dirigida apenas à bancada do partido na Constituinte e, não aos ministros.

Sarney pretende reunir as lideranças da Aliança Democrática para "mensurar as consequências" do resultado da convenção do PMDB. Mas, o governo não pensa em retaliar, assegurou Frota Neto. "O objetivo dessa avaliação é o de reafirmar os compromissos com a transição democrática", explicou. No entanto, o assessor admitiu que o presidente ficou "magoado" com os ministros que assumiram posição divergente de seu interesse e com o fato de nenhuma liderança do PMDB ter rebatido as críticas dirigidas contra ele, nos dois dias de convenção.

nário, a da votação em um mandato de quatro anos para o presidente Sarney, o grupo conversa hoje sobre a necessidade de somar esforços não apenas com Ulysses, mas — e principalmente — com os governadores do partido. O grupo está agora adiando a subida aos palanques pelas diretas-88.

"Vamos fazer uma emenda constitucional para as eleições diretas no ano que vem e o senador Covas vai patrocinar a coleta de assinaturas para uma emenda popular no mesmo sentido", diz o vice-líder, deputado Robson Marinho. A análise do grupo é de que "embora estejamos liberados para ir aos palanques, na medida em que o partido não decidiu a questão, nós não estamos em confronto com o partido", declarou.

"A tese dos quatro anos está crescendo dentro do partido", observou Robson Marinho, reconhecendo, no entanto, que "o grupo majoritário, dentro do partido, foi, segundo os resultados

da convenção, o grupo de Ulysses Guimarães e dos governadores". Ontem mesmo, Covas reuniu-se com dois dos principais governadores do PMDB "históricos", o da Bahia, Waldir Pires, e o do Rio Grande do Sul, Pedro Simon.

Segundo um destes governadores, o senador Mário Covas simboliza os "autênticos" do PMDB e uma liderança que pode aglutinar o partido em torno de si daqui para a frente, tendo em vista a idade avançada do presidente Ulysses Guimarães e o desgaste que os governadores passam a so-

frer em razão da impossibilidade de atendimento aos anseios das populações estaduais, por falta de dinheiro nos cofres públicos.

Há, entre os governadores, quem aponte o próprio líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, como o responsável pela união tática que se procura obter hoje, entre o principal grupo vencedor da convenção — Ulysses e os governadores — com o líder do partido na Constituinte, Mário Covas.

Na quinta-feira passada, segundo contou um governador, seis governadores

democrático", liderado por Sant'Anna, trabalhariam pelo adiamento.

"O deputado Carlos Sant'Anna acabou procurando o presidente para convencê-lo de que seria possível votar e vencer com o mandato de cinco anos, em plenário", contou um dos governadores presentes à reunião.

No domingo, dia da convenção, o líder Carlos Sant'Anna bateu o pé insistindo na tese da votação. Os governadores não pouparam críticas ao que consideraram uma "traição" ao acordo. A posição de Sant'Anna só foi modificada por ordem do próprio presidente Sarney, depois que o governo sofreu a primeira derrota em plenário, com a aprovação do voto secreto.

O deputado Ulysses Guimarães não acredita que haja mudanças na relação de seu partido com o Palácio do Planalto: "O presidente não me falou sobre represálias a ministros ou a quem quer que seja", declarou. Para Ulysses, nada pode mudar entre seu partido e o presidente, porque "todo mundo sabe por que a convenção foi convocada, para votações sobre aspectos econômicos e que coincidem com o Plano Bresser, sobre as posições do partido, e quem está dando sugestões, está dando colaborações positivas ao presidente da República, para que o presidente possa desempenhar da melhor forma possível o seu mandato", concluiu.